

Moção 39

Pela Participação Plena das Mulheres Cuidadoras, Mães e Trabalhadoras na Vida Política

Preâmbulo

A democracia só é verdadeiramente representativa quando todas as pessoas têm condições efetivas para participar na vida política. Contudo, persistem desigualdades estruturais que limitam a participação das mulheres, em particular daquelas que acumulam responsabilidades profissionais, familiares e de cuidados.

Apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas em matéria de igualdade de género e representação política, as mulheres continuam a assumir a maior parte do trabalho doméstico e de cuidados não remunerados. Esta realidade traduz-se numa menor disponibilidade de tempo, numa maior sobrecarga física e emocional e em obstáculos concretos à participação cívica e política.

A experiência das mulheres enquanto mães, cuidadoras e trabalhadoras constitui um contributo essencial para a construção de políticas públicas mais justas, inclusivas e próximas das necessidades reais da população. A sua pequena representação nos espaços de decisão empobrece a democracia e limita a diversidade de perspetivas indispensável à formulação de respostas eficazes para os desafios contemporâneos.

É, por isso, responsabilidade dos partidos políticos promover condições que permitam uma participação efetiva, equilibrada e inclusiva das mulheres em todos os níveis da vida partidária e institucional.

Considerando que:

1. As mulheres continuam a realizar a maioria das tarefas de cuidado de crianças, idosos e pessoas dependentes;
2. A conciliação entre trabalho, vida familiar e participação política permanece um desafio significativo para muitas mulheres;
3. A política continua a reproduzir práticas organizativas assentes em horários incompatíveis com responsabilidades familiares e profissionais;
4. A democracia beneficia da pluralidade de experiências e da presença equilibrada de mulheres, homens e pessoas não-binárias nos órgãos de decisão;
5. A igualdade formal de direitos não garante, por si só, a igualdade efetiva de oportunidades de participação política.

O Congresso delibera:

Promover a conciliação entre participação política, trabalho e responsabilidades familiares, defendendo:

1. A realização de reuniões e atividades partidárias em horários compatíveis com a vida familiar;
2. A divulgação atempada dos calendários de reuniões e eventos;
3. A limitação de reuniões noturnas e de longa duração sempre que possível.
4. Garantir condições de participação para pessoas com responsabilidades de cuidado.

Propondo:

- a) A disponibilização de apoio à infância durante congressos, convenções e encontros partidários de grande dimensão;
- b) A criação de mecanismos de apoio à participação de pessoas cuidadoras em atividades políticas relevantes;
- c) O desenvolvimento de programas de formação, mentoria e capacitação política.

Comprometendo-se a:

- Incentivar a presença de mulheres em funções executivas e de liderança;
- Defender políticas públicas de apoio ao trabalho de cuidado, nomeadamente o reforço da rede pública de creches e educação pré-escolar; o aumento da oferta de respostas para idosos e pessoas dependentes; a valorização e reconhecimento do trabalho de cuidado; o aprofundamento das políticas de parentalidade partilhada.

Conclusão

Uma democracia moderna não pode continuar a ser organizada em torno de modelos de participação que ignoram as responsabilidades de cuidado que recaem, de forma desigual, sobre as mulheres. A construção de uma sociedade mais justa exige a remoção dos obstáculos que limitam a sua participação política e o reconhecimento do seu papel insubstituível na vida coletiva.

O Congresso afirma que as competências desenvolvidas através da maternidade, do cuidado familiar e do trabalho comunitário constituem uma mais-valia para o exercício de funções políticas e para a construção de políticas públicas mais humanas e inclusivas.

O Congresso reafirma, assim, o compromisso com uma democracia paritária, inclusiva e cuidadora, onde nenhuma mulher tenha de escolher entre cuidar da sua família, exercer a sua profissão ou participar na construção das decisões que moldam o futuro comum.

Por uma política compatível com a vida.

Por uma democracia que inclui quem cuida.

Por uma participação plena das mulheres na construção do bem comum.

Proponentes

- Catarina Martins
- Cláudia M. Costa
- Gisela Leal
- Manuela Moreira
- Maria João Martins
- Patrícia Teixeira
- Teresa Camarinha
- Ana Gomes de Almeida
- Julieta Guimarães